



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5ª REGIÃO MILITAR
(Cmdo das Armas do Estado do PR/1890)
REGIÃO HERÓIS DA LAPA**

**DIEx nº 42-Seç Pes/EMG/Ch EM - CIRCULAR
EB: 64317.002151/2020-73**

Curitiba, PR, 5 de fevereiro de 2020.

Do Rsp pela Chefia do Estado-Maior da 5ª Região Militar

Ao Sr Chefe da 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Comandante do 5º Batalhão de Suprimento, Comandante do Colégio Militar de Curitiba, Diretor do Campo de Instrução Marechal Hermes, Diretor do Hospital Geral de Curitiba, Diretor do Hospital de Guarnição de Florianópolis, Diretor do Parque Regional de Manutenção/5

Assunto: alteração de legislação

Anexo: be52-19.pdf.

1. Informo a esse Cmt/Dir/Ch, que o Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal, orienta sobre as alterações ocorridas nas legislações internas do Exército, publicadas no Boletim do Exército nº 52, de 27 de dezembro de 2019, que impactam nos processos de movimentações de oficiais e praças de carreira do Exército Brasileiro:

a. a Portaria nº 2.024-Cmt ex, de 23 de dezembro de 2019, alterou dispositivos nas Instruções Gerais para Movimentação de Oficiais e Praças do Exército (IG 10-02), incluindo o parágrafo 1º e 2º no Art. 4º desta IG:

“Art. 4º ...

§ 1º Os militares com tempo de serviço para requerer a transferência para a reserva remunerada deverão ser consultados, individualmente, a respeito do compromisso de permanecer no serviço ativo do Exército Brasileiro, para fins de estudo e decisão nos processos de movimentação.

§ 2º O compromisso de que trata o § 1º deste artigo deverá ser reduzido a termo pelo militar, de acordo com a regulamentação a ser definida pelo DGP.”(NR)”

b. a Portaria nº 328-DGP, de 23 de dezembro de 2019, alterou dispositivos nas Instruções Reguladoras para Aplicação das IG 10-02, Movimentação de Oficiais e Praças do Exército (EB 30-IR-40.001), incluindo o parágrafo 4º e 5º no Art. 3º desta IR:

“Art. 3º ...

§ 1º ...

§ 2º ...

§4º Nos processos de movimentação dos militares que possuam condições para solicitar a passagem para reserva remunerada a pedido no prazo estabelecido pela Administração Militar, o Órgão Movimentador realizará uma consulta individualizada, formalizada em um termo próprio, a respeito da voluntariedade destes militares em permanecer no serviço ativo do Exército Brasileiro.

§5º Em caso de não cumprimento dos termos de declaração supracitada, deverá ser instaurado, na OM de destino do militar, um processo administrativo visando o ressarcimento dos recursos recebidos pela movimentação."

c. a Portaria nº 329-DGP, de 23 de dezembro de 2019, alterou dispositivos nas Normas para a Gestão dos Recursos Financeiros Destinados à Movimentação de Pessoal e Deslocamento Fora da Sede no Âmbito do Exército Brasileiro (EB30-N-10.003), incluindo o Art. 82-A:

"Art. 82-A. Os Cmt/Ch/Dir deverão instaurar uma sindicância, nos termos das Instruções Gerais para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.001) da IG, para apurar o descumprimento do compromisso realizado pelo militar, mediante termo ou inscrição nos Planos de Movimentações da DCEM, bem como adotar as providências para realizar a restituição de todos os recursos recebidos a título de movimentação.

§1º caso a apuração do descumprimento do compromisso realizado pelo militar, mediante termo ou inscrição nos Planos de Movimentações da DCEM comprove a má-fé do sindicado, os Cmt/Ch/Dir deverão determinar a restituição integral de todos os recursos recebidos a título de movimentação, devidamente atualizadas com base na variação do IPCA.

§2º caso a apuração do descumprimento do compromisso realizado pelo militar, mediante termo ou inscrição nos Planos de Movimentações da DCEM não comprove a má-fé do sindicado, os Cmt/Ch/Dir deverão determinar a restituição de todos os recursos recebidos a título de movimentação proporcionalmente ao período de serviço, que falta a ser cumprido, face ao declarado, conforme previsto no termo de compromisso, devidamente atualizados, com base na variação do IPCA.

§3º não havendo a restituição dos recursos recebidos a título de movimentação, por parte do agente da administração que descumpriu o compromisso assumido por ele, perante a Administração Militar, nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, os Cmt/Ch/Dir deverão adotar os procedimentos previstos nos capítulos IV e VI das Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas (EB10-N13.007), nos mesmos autos da sindicância.

§4º Nos casos previstos no §2º deste artigo, o valor proporcional a ser restituído pelo militar ser calculado com base no período que deixou de cumprir o que foi acordado no termo de compromisso, levando em consideração o valor recebido a título de movimentação dividido pelo período a que se obrigou permanecer na ativa (meses), chegando ao montante correspondente a cada mês. A fração de dias maior que 15 (quinze) será considerada mês."

2. Merece reforçar o conceito de que o militar com tempo para passar para inatividade e que manifestou interesse em ser movimentado, comprometendo-se, mediante termo, a permanecer por 2 (dois) anos no serviço ativo, após efetivada a transferência, exercer, já na OM de destino, o seu direito subjetivo de passar para a reserva, frustrando as expectativas legítimas da Administração, que contava com o cumprimento do tempo mínimo de permanência na OM de destino.

3. Nesse sentido, em caso de descumprimento do termo de compromisso, cabe aos Cmt OM instauração de sindicância, adotando as medidas previstas no Art. 82-A das Normas para a Gestão dos Recursos Financeiros Destinados à Movimentação de Pessoal e Deslocamento Fora da Sede no Âmbito do Exército Brasileiro (EB 30-N-10.003).

ANDERSON SIQUEIRA DA SILVA - TC
Rsp pela Chefia do Estado-Maior da 5ª Região Militar

**"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO, UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA
LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE."**